

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI N.º 3.296, DE  
2025**

Altera o Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, para dispor sobre o tempo mínimo de serviço para transferência à inatividade remunerada, a averbação do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social e a isenção da contribuição previdenciária para militares inativos e pensionistas com proventos até o teto do RGPS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Altera o Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969, para dispor sobre a averbação do tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social e a isenção da contribuição previdenciária para militares inativos e pensionistas com proventos até o teto do RGPS.

Art. 2º Dê-se à alínea “a” do inciso “I” do art. 24-A do Decreto Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969, a seguinte redação:

“Art. 24-A. ....

I - .....

a) integral, desde que cumprido o tempo mínimo de 35 (trinta e cinco) anos de serviço, dos quais no mínimo 30 (trinta) anos de exercício de atividade de natureza militar, podendo este ser reduzido, no mínimo, em 5 (cinco) anos, mediante lei do ente federativo; ou

.....” (NR)



Art. 3º Insira-se o seguinte §3º, ao art. 24-C do Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969:

“Art. 24-C .....

.....

§3º Ficam isentos do pagamento da contribuição os militares inativos e pensionistas que percebam remuneração igual ou inferior ao teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.” (NR)

Art. 4º Insira-se o seguinte §2º ao art. 24-G do Decreto-Lei n.º 667, de 02 de julho de 1969, renumerando-se o parágrafo único:

“Art. 24-G .....

.....

§2º O tempo de exercício de atividade de natureza militar de que trata o parágrafo anterior poderá ser reduzido em, no mínimo, em 5 (cinco) anos, mediante lei do ente federativo.” (NR)

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Comissões, em 25 de novembro de 2025.

**Deputado Delegado Paulo Bilynskyj**  
Presidente

